

## AGROPALMA S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia foi fundada em 30/09/1981 e tem como objeto a produção e a comercialização de frutos de dendê, sementes e mudas, formação de pastagens, o cultivo de palmeira de dendê, e quaisquer atividades conexas, acessórias ou necessárias para a consecução dos fins sociais, inclusive a prestação de serviços em favor de terceiros.

Em 30 de abril de 2007, as Assembléias Gerais Extraordinárias das empresas Incorporação das operações agrícolas das empresas: Crai Agroindustrial S.A., Cia. Agroindustrial do Pará, Cia. Palmares da Amazônia e Amapalma S.A. aprovaram a sua cisão, sendo que a parte agrícola das referidas empresas foi incorporada pela Agropalma e a parte industrial da Agropalma foi incorporada pela Cia. Refinadora da Amazônia. Essa reorganização objetivou a otimização da estrutura organizacional das empresas, unificando as operações agrícolas, racionalizando os processos e otimizando os negócios.

O deferimento de Reestruturação Societária foi acatado e deferido através do processo nº 4900.000008/2007-93, conforme ofício nº 558/2007/DGFI/SECEX/MI, de 30 de abril de 2007, do Departamento de Gestão dos Fundos de Investimentos, da Secretaria Executiva do Ministério da Integração Nacional.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que abrange a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e homologados pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como outros pronunciamentos emitidos por essa autarquia federal.

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para contingências e estoques. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa essas estimativas anualmente.

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2008, a Companhia adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008.

## 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

## 3.1. Adoção inicial da Lei nº 11.638/07

Em 28 de dezembro de 2008, foi promulgada a Lei 11.638, alterada pela Medida Provisória - MP 449 de 4 de dezembro de 2008, que modificaram e introduziram novos dispositivos à lei das Sociedades por Ações. Essa Lei e a referida MP tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo "International Accounting Standards Board -IASB". A aplicação das referidas Lei e MP é obrigatória para demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2008.

A Administração da Companhia optou por elaborar suas demonstrações contábeis de transição em 1º de janeiro de 2008, os eventuais ajustes decorrentes com impacto no resultado podem ser efetuados na data de transição contra a conta de lucros e prejuízos acumulados, no patrimônio líquido, nos termos do art. 186 da Lei nº 6.404/76, sem efeitos retrospectivos sobre as demonstrações contábeis.

## 3.2. Sumário das práticas contábeis modificadas pela adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

## 3.2.1. Ativo intangível

Essa conta registrará os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade.

A Companhia procedeu, na data da transição, à reclassificação de determinados bens do ativo imobilizado e ativo diferido para o ativo intangível, de acordo com as disposições previstas no Pronunciamento Técnico CPC nº 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553, com base no disposto na Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08. O montante reclassificado foi de R\$ 1.417.

## 3.2.2. Ajustes a valor presente

Determinadas contas do ativo e passivo não circulante, bem como do ativo e passivo circulante, quando relevantes, devem ser ajustadas ao valor presente nas datas das respectivas transações, com base em taxas que refletem o custo do dinheiro no tempo para a Companhia, bem como os riscos específicos relacionados aos fluxos de caixa programados para as contas em questão.

Atualmente, a Companhia não possui nenhuma operação que gere efeito significativo de ajuste a valor presente.

## 3.2.3. Valor recuperável dos ativos

Obrigatoriedade de a Companhia analisar, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido, com o objetivo de assegurar que:

- (i) A perda por não-recuperação desses ativos é registrada como resultado de decisões para descontinuar as atividades relativas aos referidos ativos ou quando há evidência de que os resultados das operações não serão suficientes para assegurar a realização de referidos ativos.
- (ii) O critério utilizado para determinar a estimativa de vida útil remanescente de tais ativos com o objetivo de registrar a depreciação, amortização e exaustão, é revisado e ajustado.

A Companhia entende que não existem ajustes a serem registrados decorrentes da análise de recuperabilidade de seus ativos.

## 3.2.4. Eliminação da Reserva de Reavaliação

Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até a sua efetiva realização ou estornados até o fim do exercício social em que a Lei entrar em vigor.

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia não possuía reservas de reavaliação em seus registros.

## 3.2.5. Arrendamento mercantil financeiro

Obrigatoriedade do registro no ativo imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Companhia os benefícios, os riscos e o controle dos bens (exemplo: leasing financeiro).

A Companhia não possui operações de leasing financeiro.

## 3.2.6. Equivalência patrimonial em companhias coligadas

Com base nas novas disposições da legislação societária, trazidas pela MP nº 449/08, a Companhia deverá aplicar o método da equivalência patrimonial na avaliação de investimentos permanentes em todas as coligadas. Com base no novo texto, são coligadas todas as sociedades nas quais a investidora tenha influência significativa, sem controlá-las.

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia não possuía investimentos a serem avaliados conforme determinação das novas disposições da legislação societária.

## 3.2.7. Resultado não operacional

Conforme estabelecido pela Medida Provisória 449/08, a Companhia deixou de segregar o resultado nas categorias operacional e não operacional. Para fins de comparabilidade com o exercício corrente o resultado não operacional de 2007 no montante de R\$139, foi re-classificado para o grupo de outras despesas operacionais líquidas. Com base no melhor entendimento da Companhia e nos pronunciamentos contábeis existentes até a data da

elaboração dessas demonstrações contábeis, as modificações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 não produziram efeitos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia. Não houve efeito tributário significativo dos ajustes decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08.

Para fins de apuração da provisão do imposto sobre a renda (IRPJ), contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), contribuição para o PIS e contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a Companhia considerou o regime tributário de transição, sendo que a opção definitiva será realizada através da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ a ser entregue em 2009.

## 3.3. Sumário das Principais Práticas Contábeis

## 3.3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de realização.

## 3.3.2. Ativos Circulante e Realizável a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridos.

## 3.3.3. Ativo Imobilizado

A depreciação dos bens do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, com base no custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

## 3.3.4. Ativo Intangível

A amortização do direitos registrados no ativo intangível é calculada pelo método linear, no prazo de 10 anos.

## 3.3.5. Passivos Circulante e Exigível a Longo Prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos.

## 3.3.6. Imposto de Renda e Contribuição Social

As provisões para o Imposto de Renda e Contribuição Social são calculadas às alíquotas de 15% mais o adicional de 10% e 9%, respectivamente, considerando para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

## 3.3.7. Demonstrações contábeis do exercício anterior

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de comparação.

## 4. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos estão assim demonstrados:

	2008	2007
Caixas	8	7
Bancos contas movimento	85	111
Aplicação financeira	-	1.128
Total	93	1.246

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2007, mantidas junto ao Banco da Amazônia S/A, indexada pela taxa do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI. Em 2008 estas aplicações foram integralmente resgatadas e utilizadas na manutenção dos fluxos de caixa da Companhia.

## 5. DUPLICATAS A RECEBER

Em 31 de dezembro, o saldo está demonstrado:

	2008	2007
Companhia Refinadora da Amazônia	-	5.078
Total	-	5.078

## 6. IMPOSTOS A RECUPERAR

Em 31 de dezembro o saldo está assim demonstrado:

	2008	2007
INSS a compensar	750	1.036
Imposto de Renda a recuperar	127	387
Contribuição Social a recuperar	36	150
ICMS a recuperar	448	208
Outros Impostos a recuperar	213	164
Total	1.574	1.945

Os créditos federais são realizados mediante compensação com outros impostos e contribuições da mesma esfera.

## 7. ESTOQUES

Os estoques, demonstrado ao custo de aquisição ou produção, estão assim composto:

	2008	2007
Material de consumo	2.523	1.246
Total	2.523	1.246

A partir de 1º de maio de 2007, em decorrência da cisão mencionada na nota explicativa nº 1, a Companhia passou a produzir e vender somente frutos de dendê. O volume de produção decorre da colheita que geralmente é vendida no próprio mês, não existindo estoque de produtos acabados.

## 8. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

Em 31 de dezembro os saldos estão demonstrados da seguinte maneira

	2008	2007
Certificado de investimentos - FINAN	960	960
Total	960	960

O saldo é oriundo da aplicação no Fundo de Investimento do FINAN efetuado pelas empresas CRAI Agroindustrial S.A. e Amapalma S.A., sendo as atividades rurais de ambas incorporadas pela Companhia.

A Companhia está no aguardo da decisão da Receita Federal quanto ao reconhecimento do referido crédito após a operação de incorporação.

JOSÉ HILÁRIO RODRIGUES DE FREITAS  
DIRETOR

JOSÉ ELANIR DE LIMA  
DIRETOR

MARCELO SILVA DO AMARAL BRITO  
DIRETOR

HERNANDO CASCANTE SOLIS  
DIRETOR

NICOLAU ELIAS CALFAT  
DIRETOR

PAULO DE TARSO SOUZA  
CONTADOR - C.R.C. - PA 012897/0-4